

ATA – REUNIÃO 24/11/2021– CEDIND**VIII- REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL**

No vigésimo quarto dia do mês de novembro de 2021, com início às 09h, foi realizada a VIII Assembleia Ordinária do CEDIND/RJ em caráter on-line (com base no Art. 3º, § 3º do Decreto Estadual nº 47006 de 27/03/20), em caráter excepcional, em razão da pandemia global de Covid -19, novo Corona vírus. Essa Plenária foi transmitida, via videoconferência, através do Aplicativo Zoom Meeting o link da reunião videochamada: (<https://us02web.zoom.us/j/85626163378?pwd=V0hXTcTbdjJFUXhIWVVKZDRcd2I5QT09>), instalado no celular ou no computador que permite a conversa entre os participantes através de vídeos e áudios, da qual em resumo registra-se o seguinte:

PAUTA

- 1 - Votação de novo vice-presidente CEDIND em substituição a Luana (Deuzimar);
- 2 - Reporte sobre a evolução do processo criado no SEI para regularizar a situação do prédio do antigo museu do índio. (Washington da SECEC);
- 3 – Reporte sobre a visita técnica da Casa de Acolhimento do Índio na Ilha do Governador (Dra. Graciela);
- 4 – Situação atual e alternativas de regularização fundiária da aldeia Mata Verde Bonita (Cacica Jurema e Toni Lotar);
- 5 – Como o CEDIND pode institucionalizar a auto-declaração indígena;
- 6 – Questão da Década Internacional das línguas indígenas (Nicolas Alexandria).
- 7 – Aprovação da ata da VII – Reunião (27/10);
- 8 - Políticas públicas para a Segurança Alimentar e Nutricional nas aldeias indígenas do ERJ (Sérgio Ricardo);
- 9 - Inclusão da FIPERJ como membro do CEDIND Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do RJ (Sérgio Ricardo);

CONSELHEIROS TITULARES, SUPLENTES E CONVIDADOS PRESENTES:

Toni Lotar (AIAM), Sérgio Ricardo (GRUMIM), Matilde Dias (SEDSODH), Carla Albuquerque (Uni Rio), Izabel Missagia (UFRRJ), Ulisses Damasceno (Prefeitura de Paraty), Luis Henrique Pellon (UNIRIO), Nino Benite (Presidente CEDIND), Jurema (Aldeia Mata Verde Bonita), Reinaldo Jesus (AULA), Marize (Aldeia Jacutinga), Mariana Paladino (ABA), Graciela Pagliaro (SES), Deusimar Correa (SEDSODH), Kelly Russo (UERJ), Rosangela Nunes (FUNAI), Sérgio Ricardo (GRUMIN), Adilson (Aldeia Itaxim), Daniel Arruda (UFF).

JUSTIFICARAM AUSENCIAS:

Nicolas Alexandria (UFRJ), Daniele Magalhães (DPGE), Cristina Pena (SESDH), André Bernardes (DPE), Ana Lúcia Pontes (FIOCRUZ), Virgínia Guimarães (PUC-RIO), Roseday Santos (SEEDUC), Carlos Tukano (Presidente do CEDIND),

O presidente Nino agradece a todos a presença e faz um encaminhamento de um ofício ao município para abertura da estrada na Aldeia Araponga, comenta sobre a visita do ICMBIO acompanhado pela FUNAI. Toni Lotar (AIAM) complementa sobre a conversa com o ICMBIO que se mostrou favorável em relação à abertura da estrada na Aldeia, porém usando uma nomenclatura como trilha de acesso e não abertura de estrada. Sendo aprovado por votação o ofício solicitado pelo Presidente Nino. Rosangela Nunes (FUNAI) solicita que conste na ata as tratativas que estão sendo feitas junto ao ICMBIO e FUNAI. Em relação ao item um da pauta, Deusimar Correa (SEDSODH) informa que por motivos de agenda da Subsecretaria da pasta o ponto um da pauta fica para a próxima reunião. Toni Lotar (AIAM) aborda o tema sobre a situação atual e as alternativas de regularização fundiária da aldeia Mata Verde Bonita uma vez que foi noticiada a liberação ambiental do empreendimento e houve até um grande lançamento formal na praia com a presença de várias autoridades como o governador do estado, prefeito de Paraty, presidente do INEA, presidente da ALERJ entre outras autoridades presentes. A situação fundiária da aldeia continua indefinida

e precisa ser resolvida para que a comunidade possa ter segurança e a prefeitura possa fazer investimentos e políticas sociais em benefício da comunidade indígena. Recentemente, após o lançamento comercial do empreendimento, houve manifestação da direção do empreendimento propondo a aldeia uma alternativa de solução onde a aldeia teria a sua área regularizada com escritura e transformada pela prefeitura de Maricá em uma reserva indígena municipal. Para isso, foi apresentada às lideranças da comunidade da aldeia uma proposta de aquisição de uma área aprovada pela comunidade pelo empreendimento, fora da área do projeto, a ser doada a prefeitura de Maricá com o compromisso da prefeitura transformar em uma reserva indígena municipal através de projeto de lei aprovado pela Câmara dos Vereadores. A cacica Jurema (Aldeia Mata Verde Bonita) contribuiu fornecendo informações sobre as decisões e reuniões que estão sendo feitas pela comunidade com relação a essa alternativa. Toni Lotar (AIAM) faz um breve relato da situação da aldeia de 2013 até os dias atuais. Mariana Paladino (ABA) dá a sua contribuição em relação às preocupações em relação à reserva ficar em um território municipal afastado dos direitos sobre as demarcações de terra que é um direito federal ficando a mercê do município e questiona sobre o nome do Resort (GUARANI) se foi pedido autorização. Rosângela Nunes (FUNAI) explica todas as dúvidas abordadas. Levanta a questão da conclusão do estudo e que ainda não foi definida a segurança jurídica da própria área, ou seja, a área sendo de interesse de preservação e não de interesse particular, sendo possível o governo municipal disponibilizar. A FUNAI não pode demarcar uma terra que é particular ou que a prefeitura disponibilizou para terceiros. Toni Lotar (AIAM) contribui com esclarecimentos em relação às preocupações da Mariana Paladino (ABA) sendo efetivada pela prefeitura de alguma forma por iniciativa da prefeitura não poderá ser apenas um ato executivo e sim um projeto de lei sendo aprovado na Câmara dos Vereadores virando Lei municipal. Sugere que seja criado um grupo multidisciplinar com os membros do conselho para estudar a forma mais segura e que possa subsidiar o processo com tema citado acima e que atenda as expectativas de médio, curto e longo prazo da comunidade reassentada. Izabel Missagia (UFRRJ) se pronuncia abordando a resistência e a força dos povos indígenas. Kelly Russo (UFRJ) concorda com a fala da Izabel e apoia a proposta do Toni Lotar (AIAM) sobre a criação do grupo. Marize (Aldeia Jacutinga) sugere que a contribuição seja feita também pelo que já se percebe ao longo das lutas dos povos indígenas, que precisa se ter um mecanismo para que quando a política mudar não sejam destruídas as possibilidades já abordadas. Toni Lotar (AIAM) explica ao Reinaldo Cunha (AULA) que só conseguiu entrar no meio da reunião um resumo de todo o contexto falado até aquele momento. Graciela Pagliaro (SES) e Carla Albuquerque (Uni Rio) fazem um report sobre a CASAI da Ilha do Governador onde estiveram no dia 18/11 e conversaram com a representante do local, a Sra. Eunice Cariri, e informa que será feito um relatório juntamente com a equipe do município, considerando os encaminhamentos que foram dados na penúltima visita estão sendo cumpridos. Carla Albuquerque (Uni Rio) contribui com a situação de vulnerabilidade dos idosos no local e sobre alguns pacientes que precisam de ajuda. Toni (AIAM) questiona sobre a possibilidade da Saúde do Estado ou do Município assumirem o local. Deusimar (SEDSODH) informa que o Ministério Público solicitou que a Secretaria de Direitos Humanos estivesse presente no local, e a visita foi agendada para o dia 15/12/2021, juntamente com um advogado e a superintendência de Idosos da SEDSODH. Toni Lotar (AIAM) sugere que seja feita uma reunião com o grupo da saúde do CEDIND e o grupo que fará a visita no dia 15/12 na CASAI da Ilha do Governador. O item nono da pauta sobre a Inclusão da FIPERJ como membro do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do RJ (CEDIND-RJ) fica aprovado por todos a participar das Assembleias Ordinárias como membro convidado. Fica aprovado por todos a ata da VII – Assembleia Ordinária do dia 27/10. Daniel Arruda (UFF) solicita que o nome do Johnny Menezes Alvarez suplente da UFF seja corrigido na ata passada. Mariana Paladino (ABA) sugere que o número cinco da pauta sobre a auto-declaração indígena seja discutido na próxima reunião. Toni Lotar (AIAM) repassa para o Sérgio Ricardo (GRUMIM) que por motivo de conexão entrou mais tarde na reunião o que foi discutido até o momento. Sérgio Ricardo (GRUMIM) informa que a primeira reunião feita no Conselho foi na Aldeia Mata Verde bonita e o conflito fundiário surgiu fortemente, se mostra contra sobre a negociação junto com os espanhóis, pois na verdade eles são grileiros de uma grande extensão de terra dentro da APA de Guapimirim e essa discussão está há mais de 10 anos no Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro já tomou uma decisão que agora foi corroborada pelo Supremo Tribunal de Justiça, portanto o mega empreendimento está com o licenciamento embargado o que pode ser definitivo. E é esse empreendimento que pressiona duas comunidades tradicionais, a Comunidade Pesqueira de Zacarias que está ali há cerca de 300 anos, onde existem diversos trabalhos acadêmicos, a principal referência é o Prof. Melo da UFRJ, e muito trabalho da UFF, e o segundo conflito fundiário onde o projeto previa a remoção a expulsão dos pescadores e apresentaram medidas compensatórias (sobre criação de um empreendimento para os pescadores). A segunda comunidade ameaçada pelo empreendimento mobiliário é a Aldeia de

Mata Verde Bonita onde a área possui cerca de 90 hectares. A questão, segundo Sergio, é que no município de Maricá não tem outra área de floresta, beira de lagoa com o tamanho informado. Estamos falando de uma floresta que possui determinadas características, grande parte de Maricá até mesmo pelo aumento populacional e expansão imobiliária existem outras áreas de conservação não com as mesmas características. O diálogo que precisa ser feito é com o poder público e a prefeitura de Maricá. Lembrou que o que a comunidade quer é a regularização da demarcação da terra e isso é com o poder público e a prefeitura. Aborda outros temas também relacionados a outros governos. Toni Lotar (AIAM) esclarece e se posiciona em relação ao que foi definido sobre a questão, e que o assunto será profundamente avaliado e analisada todas as implicações que levem em conta os interesses e a segurança da comunidade. O que a Cacica Jurema informou é que a comunidade está avaliando a proposta sobre a possibilidade de resolver o problema fundiário através da alternativa que foi dada, mas que ainda não há definição pois aguardam uma reunião das lideranças da comunidade com a direção do empreendimento. E o CEDIND irá cumprir seu papel de aconselhar a comunidade. Sérgio Ricardo (GRUMIN) sugere que no GT criado seja incluído algum membro da prefeitura. Reinaldo de Jesus (AULA) apoia o encaminhamento da criação do GT e expõe opinião sobre o assunto. Toni Lotar (AIAM) contribui que o GT foi criado, sendo um grupo aberto a todos que queiram dar consistência as atividades e informa que por deliberação na reunião passada as reuniões passaram a ser sempre na ultima quarta feira de cada mês das 9 às 11h. Izabel Missagia (UFRRJ) sugere que a Sandra Guarani seja convidada para participar do GT. Toni Lotar (AIAM) encerra a reunião.

ORDEM DO DIA:

- 1 - Votação de novo vice-presidente CEDIND em substituição a Luana (Deusimar);
- 2 - Reporte sobre a evolução do processo criado no SEI para regularizar a situação do prédio do antigo museu do índio. (Washington da SECEC);
- 3 - Inclusão da FIPERJ como membro do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do RJ (Sérgio Ricardo);
- 4 - Como o CEDIND pode institucionalizar a coleta e auto declaração;
- 5 – Criação do Grupo – ok